O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que, em nome da Republica, e em conformidade com o disposto no § 6.º do artigo 25.º da carta de lei de 13 de maio de 1896 e § 4.º do artigo 154.º do regulamento de 24 de dezembro de 1901, e nos termos do decreto n.º 2 de 15 de dezembro de 1894 e da alinea e) do n.º 10.º do artigo 34.º da carta de lei de 9 de setembro de 1908, se decretou o seguinte:

É aberto no Ministerio das Finanças, devidamente registado na Direcção Geral da Contabilidade Publica, a favor do Ministerio da Marinha e Colonias (Direcção Geral da Marinha), um credito especial de 19:000\$000 réis, correspondente ás quantias arrecadadas provenientes da remissão do serviço da armada, a fim de ser reforçada com esta quantia a verba do capitulo 7.º da tabella da despesa extraordinaria do Ministerio da Marinha e Colonias (Direcção Geral da Marinha) do anno economico de 1909-1910, mandada vigorar provisoriamente no corrente anno economico de 1910-1911 por portaria de 28 de junho de 1910, com applicação á compra de material de guerra.

O Tribunal de Contas julgou este credito nos termos de ser decretado.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Dado nos Paços do Governo da Republica, em 24 de fevereiro de 1911.—*Joaquim Theophilo Braga*—*Antonio José de Almeida*—*Afonso Costa*—*José Relvas*—*Antonio Xavier Correia Barreto*—*Amaro de Azevedo Gomes*—*Bernardino Machado*—*Manuel de Brito Camacho*.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negocios Commercias e Consulares

2.ª Repartição

Movimento do pessoal consular português

Por decreto de 11 de fevereiro corrente foi José Augusto Ribeiro de Mello encarregado da gerencia do consulado de 3.ª classe em Badajoz.

Por decreto de 23 foi criado um consulado de 3.ª classe em Ayamonte, e por decreto de 24 encarregado da respectiva gerencia Cesar de Sousa Mendes, consul de 2.ª classe em disponibilidade.

Direcção Geral dos Negocios Commercias e Consulares, em 25 de fevereiro de 1911.—*A. F. Rodrigues Lima*.

MINISTERIO DO FOMENTO

Caminhos de Ferro do Estado

Conselho de Administração

Tendo o pessoal das linhas ferreas do Estado solicitado instantemente melhoria de situação, já no que respeita a regalias de diferentes naturezas já em relação a aumentos de vencimentos e salarios;

Considerando que é intenção do Governo Provisorio da Republica beneficiar os servidores do Estado dentro dos limites do que for justo e razoavel e em harmonia com os recursos do Thesouro;

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa, conformando-se com as propostas que lhe foram presentes pelo Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro do Estado e tendo em vista os recursos disponiveis, faz saber que em nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os quadros e vencimentos do pessoal administrativo das Direcções dos Caminhos de Ferro do Estado serão regulados, a partir do dia 1 do corrente mês, pela tabella annexa ao presente decreto com força de lei, para o que é aumentada em cada anno economico de réis 56:301\$360 a respectiva verba do orçamento approved para o anno economico corrente.

Art. 2.º São aumentados os salarios medios do pessoal jornaleiro dos Caminhos de Ferro do Estado em harmonia com a distribuição proposta pelo Conselho de Administração para o que serão adicionadas ás respectivas verbas do referido orçamento as seguintes importancias correspondentes a cada anno economico:

Serviço de via e obras das duas direcções	31:296\$050
Serviço do movimento das duas direcções..	33:754\$700
Serviço de tracção e officinas e via fluvial do sul e sueste.....	18:596\$520
Serviço de tracção e officinas do Minho e Douro	18:346\$340

Determina-se portanto que todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contem.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, em 25 de fevereiro de 1911.—*Joaquim Theophilo Braga*—*Antonio José de Almeida*—*Afonso Costa*—*José Relvas*—*Antonio Xavier Correia Barreto*—*Amaro de Azevedo Gomes*—*Bernardino Machado*—*Manuel de Brito Camacho*.

Tabella dos quadros e vencimentos annuaes dos empregados administrativos das Direcções dos Caminhos de Ferro do Estado

Designação	Vencimentos		Numero	
	Categoria	Exercicio	Sul e Sueste	Minho e Douro
Chefs dos Serviços de Secretaria, de Contabilidade, de Fiscalização, de Trafego, de Saude, Sub-chefe do movimento, Sub-chefe do Serviço de Saude, Medico-chefe da Secção Principal, Chefes de Machinistas, Chefes das Officinas				
Conservam os mesmos vencimentos.				
Chefe de Secção de Contabilidade, Fiscalização, Estatística e Trafego	480\$000	180\$000	5	6
Chefes de expediente dos Armazens Geraes, de Tracção e Officinas e do Movimento ..	480\$000	180\$000	3	3
Inspectores de Fiscalização e Trafego.....	480\$000	180\$000	4	2
Inspectores do Movimento ..	480\$000	180\$000	5	5
Inspectores dos Telegraphos ..	480\$000	180\$000	1	1
Sub-inspectores de Fiscalização e Trafego	468\$000	84\$000	—	1
Sub-inspectores do Movimento	468\$000	84\$000	5	3
Comprador despachante	360\$000	—	1	—
Guarda-livros	780\$000	—	—	—
Ajudante	720\$000	—	—	1
Escriturarios principaes	420\$000	60\$000	15	16
Escriturarios de 1.ª classe	360\$000	60\$000	26	26
Escriturarios de 2.ª classe	300\$000	60\$000	40	44
Escriturarios de 3.ª classe	240\$000	60\$000	10	11
Fabricante de bilhetes	300\$000	60\$000	1	1
Fieis de bilhetes	300\$000	60\$000	1	1
Fieis dos Armazens Geraes ..	360\$000	60\$000	1	1
Continuos porteiros	270\$000	60\$000	1	1
Continuos	240\$000	60\$000	3	3
Serventes	180\$000	36\$000	7	8
Enfermeiro	300\$000	60\$000	1	1
Ajudante de fabricante de bilhetes	240\$000	60\$000	1	1
Chefes de estação de 1.ª classe	396\$000	84\$000	10	12
Chefes de estação de 2.ª classe	360\$000	60\$000	15	16
Chefes de estação de 3.ª classe	300\$000	60\$000	21	17
Chefes de estação de 4.ª classe	240\$000	60\$000	36	32
Fieis de 1.ª classe	228\$000	60\$000	31	37
Fieis de 2.ª classe	204\$000	60\$000	31	36
Bilheteiros de 1.ª classe	360\$000	60\$000	1	3
Bilheteiros de 2.ª classe	300\$000	60\$000	2	4
Bilheteiros de 3.ª classe	240\$000	60\$000	4	5
Telegraphistas de 1.ª classe ..	216\$000	48\$000	21	11
Telegraphistas de 2.ª classe ..	192\$000	48\$000	21	11
Factores de 1.ª classe	180\$000	48\$000	65	62
Factores de 2.ª classe	168\$000	48\$000	65	62
Factores de 3.ª classe	144\$000	36\$000	37	33
Condutores de comboios de 1.ª classe	276\$000	60\$000	18	20
Condutores de comboios de 2.ª classe	228\$000	60\$000	18	20
Fiscal de revisores de bilhetes	432\$000	96\$000	1	1
Revisores de bilhetes de 1.ª classe	240\$000	60\$000	13	14
Revisores de bilhetes de 2.ª classe	228\$000	48\$000	13	14
Guardas freios de 1.ª classe ..	180\$000	60\$000	36	40
Guardas freios de 2.ª classe ..	180\$000	36\$000	36	40

Paços do Governo da Republica, em 25 de fevereiro de 1911.—O Ministro do Fomento, *Manuel de Brito Camacho*.

Tendo o pessoal dos Caminhos de Ferro do Estado solicitado a concessão de regalias de diferentes naturezas tendentes a melhorar a sua situação: hei por bem, conformando-me com a proposta do Conselho de Administração dos mesmos Caminhos de Ferro, determinar que ao referido pessoal sejam concedidas as seguintes regalias:

1.º É concedida a todo o pessoal administrativo e jornaleiro dos quadros a faculdade de requisitar bilhete de identidade que lhe dará o direito de transitar gratuitamente nas linhas do Estado, e com a redução de 75 por cento nas linhas das companhias que concordarem em estabelecer reciprocidade com aquellas.

2.º São concedidos bilhetes de identidade, validos em todas as linhas exploradas pelo Estado e em todas as das companhias que acordarem na reciprocidade, ás mulheres, filhas solteiras, filhos menores de dezoito annos e aos paes e mais irmãs solteiras ou viúvas, quando vivam na companhia do empregado. Estes bilhetes darão direito ao transporte pela tarifa geral com a redução de 75 por cento.

3.º Os bilhetes de identidade, que designarão a classe conforme a categoria do empregado a quem forem concedidos, poderão ser recusados aos empregados que, pelo seu mau comportamento, se não tornem merecedores d'essa concessão.

4.º Aos empregados administrativos que substituirem outros de categoria superior serão abonadas as differenças de vencimentos dos respectivos exercicios, quando as substituições tiverem logar na propria residencia.

5.º As transferencias, quando não sejam determinadas por motivo disciplinar, serão, sempre que seja possivel, notificadas com a antecipação de quarenta e oito horas.

6.º O Conselho ordenará ás direcções que procedam á revisão da classificação das estações conforme a importancia do seu trafego, situação, condições hygienicas e todas as considerações attendiveis em casos especiaes, e bem assim que proponham a revisão dos quadros que julguem indispensaveis ás conveniencias do serviço.

7.º Quando a substituição envolva mudança de residencia abonar-se-ha tambem como deslocação, qualquer que seja a categoria do empregado, a quantia de 200 réis diarios ao pessoal a que se refere o n.º 4.

8.º Será abonada a quantia de 50 réis a todo o pessoal jornaleiro de via e obras, quando as exigencias obrigarem ao pernoitamento fora da sua residencia official.

9.º É concedida a todos os empregados administrativos e jornaleiros a faculdade de gozar quinze dias consecutivos ou interpolados de licença com vencimento, em cada anno economico, quando pelos seus antecedentes o mereçam. Aos empregados que não possam gozar esta regalia porque as exigencias do serviço o não permitam, poderá, quando pelo seu exemplar comportamento o mereçam, ser-lhes abonada como gratificação a importancia do vencimento por inteiro correspondente a esses dias.

10.º Os empregados em folga ficam desobrigados de comparecer ao serviço, avisando previamente o seu superior hierarchico de que se ausentam da sua residencia official, e indicando para onde a fim de que possam ser chamados ao serviço em caso de urgencia.

11.º As direcções proporão ao conselho as medidas conducentes a collocar as moradias destinadas ao pessoal, nas estações e nas linhas em exploração, em condições de boa hygiene, e farão inspecionar frequentes vezes pelo pessoal do serviço de saude essas habitações, cumprindo ao mesmo pessoal conservá-las em perfeito estado de limpeza.

12.º As escalas de serviço serão organizadas por forma a evitar quanto possivel que o tempo livre do serviço decorra fora da residencia official.

13.º Quando em dois concursos successivos se não apurem candidatos que satisfaçam aos respectivos programas serão as vagas correspondentes preenchidas por antiguidade, excepto para os logares que pelo regulamento em vigor só podem ser preenchidos por concurso.

14.º O prazo de validade dos concursos durará até que todos os classificados em qualquer concurso passem aos quadros effectivos.

15.º Poderão ser mantidas as tarefas nas officinas, devendo pelas respectivas direcções serem revistas as correspondentes tabellas.

16.º As direcções proporão ao Conselho, se assim o julgarem conveniente, a eliminação dos premios por economias e a sua substituição por abonos por deslocação com pernoitamento e percurso kilometrico.

17.º Os quadros das officinas serão revistos pelas direcções e as vagas que de futuro ocorrerem serão preenchidas por concurso entre os aprendizes e os auxiliares existentes nesta data e pagos directamente pela Administração.

18.º Serão restabelecidas as gratificações por diuturnidade de serviço desde que as leis geraes do Estado as estabeleçam para as classes de funcionarios que a ellas tinham direito.

19.º As direcções proporão ao Conselho quaes os empregados que devem ter habitação gratuita.

20.º É concedido ao pessoal das estações a cultivação dos terrenos dentro de agulhas que estiverem disponiveis. Igual concessão é feita em via corrente ao pessoal de policia e conservação.

21.º Será fornecido aos guardas da via o azeite indispensavel para o serviço nocturno, conforme as estações do anno e as localidades.

22.º Publicar-se-ha annualmente, em ordem do dia, o quadro de todo o pessoal administrativo e jornaleiro.

23.º Os empregados pronunciados pelos poderes competentes serão considerados suspensos, podendo ser reintegrados quando forem absolvidos de accusações estranhas ao serviço.

24.º Com excepção dos adoptados nos bonés, ficam suprimidos os botões metallicos e distinctivos em uso nos fardamentos, os quaes continuarão a ser dos actuaes modelos e padrões.

25.º O tempo de serviço militar será levado em conta para a reforma e não prejudicará a sua situação no quadro.

26.º Será objecto de estudo especial a modificação do regime de abonos pela Caixa de Aposentações no caso de doença, attendendo-se quanto possivel aos interesses dos empregados e aos recursos disponiveis d'aquella Caixa.

27.º Serão consideradas como doentes, e, portanto, abonado o respectivo vencimento ás guardas de linha no periodo de maternidade, que pelo serviço de saude for estipulado como indispensavel em cada caso.

28.º As delegações da Caixa de Soccorros proporão á Administração Central, e esta submeterá ao Conselho, todas as medidas que julgarem conducentes a melhorar os armazens de viveres de harmonia com os desejos e justas reclamações do pessoal.

29.º O Conselho nomeará uma commissão especial em que todos os interessados serão representados para proceder ao estudo concencioso da reforma da Caixa de Aposentações e Soccorros, tendo em attenção os interesses dos contribuintes e os recursos presentes e futuros provaveis. Esta commissão será presidida pelo respectivo vogal secretario do Conselho de Administração.

30.º Será nomeada uma commissão especial incumbida de proceder a uma revisão geral dos quadros e dos regulamentos geraes e especiaes em vigor, propondo as alterações que julgar indispensaveis para o bom desempenho dos serviços ferro-viarios, tendo em consideração os direitos e deveres de todos os funcionarios sem sacrificio de indispensavel economia e regular funcionamento das Direcções dos Caminhos de Ferro do Estado.

31.º Continuam em vigor todas as disposições regulamentares que não hajam de ser revogadas pelas concessões supra mencionadas.

Paços do Governo da Republica, em 25 de fevereiro de 1911.—O Ministro do Fomento, *Manuel de Brito Camacho*.